

TRABALHO INFANTIL E VIOLÊNCIA: ausência de políticas públicas no âmbito familiar.

Fabiana Brito dos Santos; Dra. Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira; Ana Paula da Silva Marques; Cíntia Pereira de Vilas Boas.

RESUMO: Este estudo tem como ponto de partida o reconhecimento dos direitos de todas as crianças e adolescentes a uma vida que as possibilite dignidade e plenitude existencial. Consta-se que a desigualdade social, a falta de sustentabilidade familiar, a ausência de ações públicas, de práticas educativas e a de própria efetivação dos direitos humanos constituem fatores decisivos para que essas crianças tomem a rua como espaço de sobrevivência. Nos tempos modernos a rua passou a ser a única possibilidade de sobrevivência, onde essas crianças e adolescentes pedem esmolas, catam lixo e procuram meios de ganhar dinheiro com a venda de objetos (frutas, balas de gomas, etc.) ou limpando vidros dos carros. Nesse quadro, a rua e o distanciamento dessas crianças e adolescentes de suas famílias, passa a se constituir um campo gerador de riscos, pois, apesar de conseguirem o seu sustento neste espaço, ficam expostos a todo tipo de abuso e desrespeito como o trabalho infantil seja familiar ou pessoal, abusos sexuais, preconceitos, sedução para o mundo das drogas, ou seja, passam a ser alvo de várias formas de exploração e violência. Alguns estudos revelam que muitas crianças têm a rua como um espaço de sobrevivência porque vivenciam situações de violência no espaço intra-familiar, o desemprego e a falta de sustentabilidade familiar também pode ser visto como uma violência estrutural; pois o deslocamento para as ruas passa a ser, de fato, a única opção para escolher a vida e não a morte. Problematizamos, neste trabalho, a violência estrutural que vitimiza as crianças e adolescentes no Brasil, pela ausência de saúde, segurança, escolarização e, principalmente, pelo desemprego. O paradoxo desta situação de risco vivenciada pelas crianças e adolescentes é que a iniciativa de buscar a sobrevivência nas ruas os expõe à situações de violência e morte. As possibilidades dessas crianças e adolescentes vivenciarem a violência, seja como vítimas ou algozes, fica extremamente amplificada, pois a ausência de orientação doméstica com a inscrição de limites e valores de respeito à vida e à dignidade humana ficam comprometidos, pois a sua própria vida é desrespeitada e desvalorizada tanto pela família, como pelo Estado e a sociedade. A violência que porventura venham a praticar não pode ser entendida a não ser dentro deste quadro de violência estrutural a que eles próprios são vítimas. Nosso trabalho aponta para a urgência de Políticas Públicas que possam resgatar essas crianças e adolescentes para o espaço familiar, para o espaço escolar e para a produção de cultura como um canal de estímulo de seus talentos e possibilidades existenciais. A sustentabilidade e a estruturação familiar passam a ser uma condição *sine qua non* para subtrair essas crianças das situações de risco. Portanto, mais do que políticas de segurança pública, essas crianças e adolescentes precisam ser contempladas com políticas educacionais e culturais, sendo esta a condição para escaparem da fatal condição de vítimas e/ou algozes da violência. Evitando, assim, a ampliação das estatísticas do crime que tomam dimensões assustadoras em nossos dias.

Palavras-chaves: violência, família, desigualdades sociais.